

MORADIAS EM PALAFITAS NO MUNICÍPIO DE SANTOS COMO DESAFIO PARA CONFIGURAÇÃO DE UMA CIDADE SUSTENTÁVEL NO PERÍODO DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

RAMILTON GOMES MOREIRA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

Resumo

No presente trabalho discutimos as necessidades e vulnerabilidades neste território, ressaltando o crescimento dessas moradias como resultado da falta de intervenção estatal para mediar e propor soluções ao déficit habitacional, estabelecendo melhorias e políticas públicas estratégicas. Essa realidade contribui para a degradação ambiental, ampliando os impactos ao meio ambiente quando relacionado o manejo de resíduos, distribuição de água, preservação da biodiversidade e poluição dos manguezais, que continuamente são soterrados para expansão de moradias irregulares.

Palavras Chave

Favela Dique Vila Gilda, Mudanças climáticas, Vulnerabilidade Ambiental

Agradecimento a órgão de fomento

O autor expressa sua gratidão à Universidade de São Paulo e ao XXV ENGEMA USP pela oportunidade de colaborar com o evento, assim como à agência governamental Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

MORADIAS EM PALAFITAS NO MUNICÍPIO DE SANTOS COMO DESAFIO PARA CONFIGURAÇÃO DE UMA CIDADE SUSTENTÁVEL NO PERÍODO DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

RESUMO:

Este ensaio investiga as vulnerabilidades sociais sobre as habitações em palafitas e os obstáculos enfrentados na busca pela sustentabilidade, com um enfoque especial nos efeitos das mudanças climáticas. O estudo concentra-se especificamente na comunidade conhecida como Dique da Vila Gilda, uma favela fluvial localizada no município de Santos, no litoral sul do Estado de São Paulo.

Santos, apesar de ser um centro turístico com produtos imobiliários de alto valor e abrigar o maior porto da América Latina, enfrenta profundas desigualdades urbanas e de natureza ambiental. O município detém de várias favelas, entre elas muitas sendo de palafitas, incluindo o complexo do Dique da Vila Gilda, reunindo inúmeras especificidades, sendo suscetível aos possíveis impactos das mudanças climáticas.

No presente trabalho discutimos as necessidades e vulnerabilidades neste território, ressaltando o crescimento dessas moradias como resultado da falta de intervenção estatal para mediar e propor soluções ao déficit habitacional, estabelecendo melhorarias e políticas públicas estratégicas. Essa realidade contribui para a degradação ambiental, ampliando os impactos ao meio ambiente quando relacionado o manejo de resíduos, distribuição de água, preservação da biodiversidade e poluição dos manguezais, que continuamente são soterrados para expansão de moradias irregulares.

PALAVRAS-CHAVE:

Favela Dique Vila Gilda, Mudanças climáticas, Vulnerabilidade Ambiental

INTRODUÇÃO:

O cenário urbano que temos diante de nós se configura como um arranjo espacial desigual, onde a urbanização, como conhecemos, inevitavelmente traz consigo uma série de problemas complexos. Entre alguns desses problemas, destacam-se a segregação espacial, a fragmentação social, a violação do direito à cidade, a sensação de não pertencimento ao meio ambiente e espaço urbano; questões de insalubridade de locais de moradias e de utilização coletiva, desafios na mobilidade urbana, deterioração da qualidade de vida e da saúde coletiva.

Além disso, com a crescente incidência dos efeitos das mudanças climáticas, esse panorama de adversidades e desafios tende a se agravar, com uma ampliação significativa da sua escala e impacto principalmente em áreas com escassez de recursos e serviços de urbanização adequados; como os espaços de favelas que possuem tipologia estrutural em palafitas.

O grupo de habitações, geralmente erguido em assentamentos precários nas margens de áreas urbanas, especialmente em locais propensos a enchentes devido à abundância de fluxos de água, ilustra vividamente a desigualdade inerente ao ambiente urbano. Essas construções emergem em espaços à margem da legalidade, destacando a disparidade socioeconômica que permeia a cidade real. Esse cenário não apenas testemunha a complexidade do ambiente urbano, mas também funciona como um catalisador para diversas questões sociais, revelando as profundas desigualdades presentes na sociedade.

É preocupante a quantidade de habitações precárias, informais e autoconstruídas que ocupam o espaço territorial das grandes cidades metropolitanas – incluindo a cidade de Santos. Essas moradias estão localizadas em áreas com características específicas, muitas vezes consideradas problemáticas devido à sua falta de conformidade com as normas técnicas que são estabelecidas pela gestão municipal, é abundante o cenário de moradias desprovidas de conforto térmico, com disposição geográfica em áreas de preservação ambiental, muitas vezes em espacialidade de manguezais, com suscetibilidade a possíveis desastres, questões de contato com esgoto não tratado e falta do saneamento básico como um todo.

Um dos marcadores da sociedade capitalista atual, é o fato que está em andamento uma intensa disputa pelo espaço urbano. O solo, cada vez mais, é considerado um recurso escasso e inacessível para os mais pobres, os mais vulneráveis na escala social – essa situação é produto da valorização do espaço como mercadoria. Isso resulta em um número muito significativo de famílias que não têm poder aquisitivo compatível com os crescentes preços associados a possibilidade de moradias com condições de serviços benevolentes à vida urbana.

Quando não se dispõe de recursos financeiros, conseqüentemente, muitas dessas famílias são “empurradas” para áreas que são desvalorizadas devido à sua inadequação técnica ou restrições ambientais à ocupação. Entretanto, a comercialização e ocupação espontânea de terrenos irregulares é recorrente nas cidades brasileiras, onde é delineado mecanismo que são estabelecidos por estratégias paralelas que os colocam de forma “maquiada” e manipulada no jogo fundiário/imobiliário, mesmo sendo áreas que

deverias ser desconsiderada e anulada de qualquer possibilidade de ocupação, principalmente com contornos de adensamento populacional que venha a ser relevante, conferindo possibilidades para ampliação dos riscos de destrates para o maior número de pessoas.

Compreendemos que o processo de construção de moradias, em especial as tipicamente erguidas sobre palafitas e habitadas por indivíduos de baixa renda, é um processo orientado pelo crescimento demográfico e inflação, sendo fundamentado na necessidade genuína do possuir uma moradia, mesmo que não segura. É importante notar que ninguém escolhe habitar espaços que representem riscos sem uma razão verdadeira para fazê-lo.

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que é responsabilidade dos Municípios "promover, na medida do possível, um ordenamento territorial adequado, por meio de planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano" (Art. 30, inciso VIII). Isso visa criar um ambiente de segurança e estabilidade, o que na prática, o cenário construindo se diferencia do proposto. Uma análise breve da perspectiva da autarquia municipal, enquanto entidade governamental, revela a intrincada complexidade subjacente ao processo de aplicação das leis e à efetivação da proteção de áreas que deveriam permanecer preservadas. Esse desafio é agravado pela capacidade limitada do próprio Estado em garantir a implementação das disposições de sua constituição.

O desafio da delimitação dos limites urbanos impõe uma série de disputas não resolvidas, amplamente vividas nas fronteiras da cidade. A experiência urbana – o viver na cidade, para uma parcela significativa da população somente é possível pelo movimento de ocupação que ocorre às margens da legalidade. Isso leva as pessoas a se tornarem agentes construtivos desse movimento, acontecendo, pois, é a única maneira de existir e resistir na cidade. Portanto, a única alternativa viável muitas vezes é a ocupação de áreas mapeadas como de risco ambiental e desastres, inapropriadas para ocupação humana, com características que exigem de algum modo preservação e atenção.

A dinâmica da ecologia nas favelas está centrada na disponibilidade de espaço para assentamento, como argumentado por Mike Davis (1946) no livro "Planeta Favela". Esse fenômeno está intrinsecamente relacionado com o crescimento urbano e seus impactos sobre o meio ambiente, no processo de valorização financeira do espaço, surge automaticamente um grupo de pessoas excluídas, aqueles que não possuem condições de pagar pela terra e pelo modelo de cidade sustentável, com eficaz equilíbrio entre o homem e a natureza.

Essa situação contradiz a visão de uma cidade sustentável, já que o meio ambiente também sofre. Buscamos neste ensaio, considerar e analisar, a interconexão entre o déficit habitacional, a valorização do espaço urbano, alterações climáticas e a falta de políticas públicas que contribuem para a existência de moradias subnormais em áreas de preservação ambiental com riscos associados.

Por questões metodológicas e de abordagem, neste ensaio, optamos por iniciar com a descrição da realidade habitacional e socioambiental, incluindo o amplo

panorama das vulnerabilidades locais que a cidade de Santos enfrenta e posterior, fazer uma breve aproximação ao contexto das mudanças climáticas.

1.1 Fundamentação e Discussão: Os Desafios do saneamento básico e habitações sustentáveis em uma cidade litorânea em expansão

O município de Santos faz parte da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), desempenhando um papel central e de destaque para diversos setores econômicos. Localiza-se muito próximo da maior metrópole do Brasil, São Paulo, a menos de 70 km de distância. Essa proximidade geográfica permite inúmeras interações e benefícios para ambas as regiões. Do ponto de vista geográfico, Santos é caracterizado por uma extensa planície costeira com morros isolados entre a Serra do Mar e o oceano, possuindo um vasto patrimônio ambiental, muito bem descrito no estudo “Baixada Santista: uma contribuição à análise geoambiental”, organizado pelas pesquisadoras; Cenira Maria Lupinacci da Cunha e Regina Célia de Oliveira, 2015.

O município de Santos mantém uma forte conexão com as atividades portuárias e da dinâmica proveniente deste complexo, desempenhando um papel crucial na dinâmica da cidade. Além disso, o turismo se tornou uma fonte de renda significativa para muitos residentes. Isso foi viabilizado por investimentos recentes em infraestrutura urbana, hotéis, serviços públicos, transporte rodoviário e coletivo, entre outros. Esses esforços visam aprimorar a qualidade do atendimento aos moradores de alta renda, trabalhadores dos setores estratégicos e turistas, diferenciando a cidade em relação aos municípios vizinhos.

Como resultado desse processo, Santos se destacou como um destino de investimento, tanto do setor público quanto privado. Isso é evidente no crescente desenvolvimento do mercado imobiliário e da construção de empreendimentos na região, atraindo pessoas de várias partes do Brasil.

Esses fatores contribuíram para a escassez de terrenos na cidade ou processo similar, impulsionando a valorização do espaço com potencial construtivo principalmente ao longo da costa litorânea, onde a paisagem e o ecossistema marítimo se tornaram referências, revelando uma morfologia da cidade capitalista. Isso levou a um alto valor dos terrenos à beira-mar, com construções utilizadas por residentes permanentes da cidade e por aqueles que veem essas propriedades como investimento imobiliário ou segunda residência. Muitos proprietários vivem em outras cidades e visitam Santos durante as estações mais quentes, transformando essas propriedades em casas de veraneio ou oportunidades de locação temporária, posicionando-se distantes dos problemas ambientais e sociais do município.

Gradualmente, isso torna a cidade de Santos quase inacessível para aqueles com renda insuficiente para acompanhar os altos custos estabelecidos pelo mercado imobiliário. É importante lembrar que esse mercado opera de forma ávida em busca de lucro, e essa realidade se repete em outras áreas do litoral paulista – do litoral sul ao Norte.

O município de Santos, ele atua principalmente como um polo de trabalho, enquanto outras áreas da RMBS são escolhidas como locais de residência devido ao custo de vida mais baixo, especialmente em relação ao aluguel. Isso coloca uma carga significativa sobre o orçamento de famílias com renda mais baixa, dificultando a fixação delas na cidade. “A política habitacional em Santos aparece como um desdobramento da lógica privatista contida na política urbana e acaba por inviabilizar a fixação de grupos com rendimentos baixos ou até intermediários, embora estes continuem recorrendo à cidade como polo empregatício” (MAZIVIERO, M. 2016). Uma das possibilidades é constituir moradia nas bordas da cidade em territorialidade com profundos riscos de desastres de ordem ambiental, seja em manguezais em processo de soterramento, encostas de morros ou em local de declividade acentuada. Locais onde habitações precárias são multiplicadas e a permanência na cidade uma possibilidade.

Conforme Maziviero (2016), desde o século XIX, Santos enfrenta desafios na habitação de sua população economicamente mais vulnerável. As soluções do Poder Público para esse problema, especialmente as voltadas para habitação popular, têm se revelado ineficazes devido a contradições e desconexão com a realidade.

A situação habitacional em Santos se torna mais complexa, especialmente na Zona Noroeste, na parte insular da cidade. Nessa região, está em constante desenvolvimento a maior comunidade de palafitas do Brasil, a favela Dique da Vila Gilda. Essa aglomeração informal – realização de uma grande favela, se estabeleceu em uma área de Preservação Permanente às margens do Rio dos Bugres, e sua dinâmica (processos naturais que competem ao fluxo de água) tem um impacto significativo na vida dos moradores das palafitas.

No contexto da favela de palafitas, o rio também serve como um “*marcador*”, situando parte da divisa entre Santos e São Vicente, estendendo-se por 2,7 km. A dinâmica desse rio apresenta desafios contínuos para os moradores de ambos os municípios, principalmente para os que vivem em casas nas plataformas de madeiras – sendo denominada pelos moradores locais como *casas de pernas*.

No cenário ambiental da zona noroeste, Santos enfrenta crescentes impactos das atividades humanas poluentes que perturbam seus ecossistemas, muitas vezes resultando em alterações irreversíveis. Segundo o relatório “*De onde vem o lixo que vai para o mar? Estudo sobre as potenciais fontes terrestres em Santos*,” elaborado pelo Instituto Socioambiental ECOFAXINA e publicado em 2020, o Rio dos Bugres, até a década de 1950, era cercado por extensos manguezais, sendo um dos últimos remanescentes na parte insular da cidade. No entanto, ao longo do tempo, essas áreas de manguezais têm sido suprimidas devido à ocupação histórica da região – muitos dos que não conseguem formalizar acesso ao mercado de imobiliário formal da cidade, se submetem ao enfrentamento da dinâmica da natureza e constroem residências em palafitas nos extremos da delimitação geográfica da cidade.

O histórico de ocupações irregulares e construções de palafitas é um dos ou principal responsável pela supressão de grande parte da vegetação de mangue que originalmente cobria a bacia do rio. Esse processo de aterramento permitiu a contínua

expansão das ocupações irregulares desde a segunda metade do século passado, resultando na quase total transformação das características originais do local.

Os desafios tanto ambientais quanto habitacionais em Santos têm raízes antigas e continuam a ser obstáculos difíceis de superar para o município. Apesar da exigência do artigo 6 da Constituição da República o qual impõem condições adequadas de moradia, incluindo instalações sanitárias e acesso a serviços públicos essenciais, esses padrões não são devidamente cumpridos. É notável que os resíduos sólidos descartados no manguezal pelas pessoas que vivem nas palafitas se assemelham aos resíduos urbanos descartados em áreas urbanas da cidade (ECO FAXINA, 2020), com o diferencial de que em espacialidades próximo ao centro da cidade os resíduos possuem destinação adequada enquanto nas palafitas não. Essa semelhança destaca a complexidade dos desafios enfrentados pela municipalidade que abrangem questões tanto habitacionais quanto de saneamento básico e ambientais.

O viver em palafitas muitas vezes não permite o acesso pleno aos serviços sanitários comuns e de direito humano o qual esperamos que possam ser existentes e inegociáveis em uma cidade do século XXI - é evidente que essa situação de localização manifestada pela aproximação com o rio e da região de estuário, impacta diretamente o cotidiano de todos. O rio ao longo dos anos foi transformado em depósito de lixo e responsável pelo transporte dos resíduos até o mar. A quantidade de questões e problemas não findam nas questões até aqui expostas. Existe o conjunto de questões relacionadas ao aumento das temperaturas médias, a elevação da temperatura na superfície do mar e o crescimento da frequência de condições meteorológicas, dos complexos problemas logísticos, sociais e políticos (UNESCO, 2013).

Especificamente, o aumento das chuvas e eventos climáticos extremos de precipitação resulta no retorno de parte dos resíduos sólidos que foram despejados no rio dos Bugres e no mar, impactando as áreas ocupadas pelas palafitas. Isso cria uma situação reversa, mas duas informações importantes precisam ser consideradas: primeiro, a alta vulnerabilidade às mudanças climáticas, incluindo elevação do nível do mar, eventos de chuvas intensas, ressacas, deslizamentos de terra e aumento das temperaturas, com consequências socioambientais significativas, passou a ser neste período histórico do antropoceno, uma realidade presente e futura. Em segundo lugar, as favelas de palafitas destacam-se como o principal ponto de poluição marinha, somando-se a outros fatores. Portanto, a habitação nessas áreas é considerada frágil, e o problema tende a se tornar ainda mais complexo ao longo do tempo.

De acordo com (TURRA,2020), “regiões costeiras, praias, costões rochosos, manguezais, restingas e estuários são potenciais zonas de acúmulo para os resíduos. Isso ocorre não só em função da proximidade de possíveis fontes (ex. cidades, portos, áreas de pesca e maricultura), como também pela ação dos ventos, das ondas e das marés. Em dias de tempestades marinhas e ressacas do mar, a água chega a alcançar a restinga ou as dunas, depositando os resíduos em locais mais distantes do mar” sendo exatamente essa situação que envolve - ação e “reação” que ocorre na região noroeste de Santos.

1.2. Alterações do clima e possíveis impactos no meio ambiente urbano do município de Santos

Primeiramente, ainda que não se possa afirmar com absoluta certeza que uma série de eventos que vêm ocorrendo nos grandes centros urbanos do país e no mundo, entre eles chuva intensas, variabilidade climática, picos de aumento de temperatura, mares agitados, alagamentos, já são considerados como “produto”, consequência das mudanças climáticas, é tido, segundo as previsões do IPCC, que esses eventos extremos devem se tornar cada vez mais frequentes em diversas regiões, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Tendo esse panorama em consideração, partimos da compreensão de que o processo de mudança climática globaliza e intensifica a desigualdade social. Isso amplifica as disparidades e acentua as diferenças entre ricos e pobres, beneficiando os residentes do núcleo central das cidades em detrimento das periferias. Ao mesmo tempo, todos estão relacionados diante de uma ameaça comum à humanidade. No entanto, uma parcela da sociedade é mais prejudicada nesse processo e enfrenta perspectivas de impactos contínuos, retirando qualquer possibilidade de ser pensar que essa cidade de fato possui níveis de sustentabilidade para todos os habitantes.

No caso da região Sul, espera-se um aumento de 5% a 10% na precipitação pluviométrica, enquanto no Sudeste, a expectativa é de que as chuvas se tornem mais intensas, conforme indicado por estudos do CEDEPLAR/UFMG e da FIOCRUZ em 2009. Além disso, de acordo com o PBMC (Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas) em 2016, o quadro de vulnerabilidade das populações está em crescimento devido à expansão das áreas urbanas e ao aumento do número de moradias em territórios costeiros. Nesse contexto, a zona costeira do Estado de São Paulo se mostra altamente suscetível aos impactos das mudanças climáticas, devido às mudanças ambientais e intervenções que ocorrem em parte desse território.

É crucial considerar, neste momento, que as alterações climáticas e as mudanças resultantes delas estão intrinsecamente ligadas a um conjunto de desigualdades que se originam da globalização e do processo histórico de urbanização. Para fazer um novo mapeamento das desigualdades na era das mudanças climáticas e da globalização, é essencial levar em conta o processo histórico de desigualdade e abraçar uma "consciência do fim da oposição entre sociedade e natureza", como apontado por Beck em 2010. É imperativo reconhecer que o "planejamento do uso e ocupação do solo é caracterizado pela segregação socioespacial, e o fenômeno da injustiça ambiental tem contribuído para a (re)produção de áreas de risco socioambiental urbano", conforme destacado por Souza em 2019.

O que sabemos amplamente sobre as mudanças climáticas é que no Brasil, como nas demais regiões do planeta, a situação das regiões costeiras, no que diz respeito aos novos documentos e panorama climático, é preocupante, assim como também em outras territorialidades. Segundo os pesquisadores (CARMO, 2012) e (NEVES, & TADDEI, 2020), os efeitos mais alarmantes dessas mudanças são “o aumento do nível dos oceanos e a maior ocorrência de eventos extremos na zona costeira, como chuvas

intensas, tempestades tropicais e fenômenos relacionados às ressacas marítimas”. As áreas costeiras estão diretamente vulneráveis ao aumento do nível do mar, o que pode resultar em inundações costeiras com efeitos severos nas moradias próximas ao mar, especialmente aquelas construídas em palafitas. Além disso, essas inundações podem causar danos coletivos e inúmeros problemas de saúde.

A zona costeira é uma interface crítica entre a atmosfera, o continente e o oceano, tornando-se vulnerável em todas essas frentes. Ela sofre os impactos das mudanças climáticas, que incluem aumento do nível médio do mar, extremos climáticos mais intensos, secas prolongadas, tempestades mais poderosas e possíveis alterações na propagação das ondas devido a mudanças na circulação atmosférica, como sugerido por NEVES e MUEHE EM 2008. Outro aspecto importante a considerar é que muitos grupos dependentes da economia relacionada à pesca enfrentam um cenário cada vez mais incerto devido a essas mudanças – muitos dos moradores das palafitas da região Noroeste de Santos tem na pesca fonte principal para sobrevivência.

A exposição aos fenômenos climáticos tem aumentado devido ao crescimento da população que habita áreas de risco. Conforme definido por RUY CARTIERI e BARCELLOS em 2009, a vulnerabilidade socioambiental pode ser compreendida como a coexistência ou sobreposição espacial de grupos populacionais empobrecidos, discriminados e com alto grau de privação (vulnerabilidade social), que residem ou circulam em regiões de risco ou de degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental).

O termo "zonas de sacrifício", cunhado por BULLARD em 1996, é frequentemente utilizado para descrever essas áreas onde populações empobrecidas e marginalizadas são obrigadas a viver. Em geral, o conceito de vulnerabilidade social em contextos ambientais ou de desastres está relacionado à exposição diferenciada aos riscos e refere-se à maior susceptibilidade de certos grupos populacionais em antecipar, enfrentar ou sofrer as consequências de tipos específicos de perigos.

Acreditamos que o meio ambiente na zona noroeste de Santos poderá ser impactado de várias maneiras, principalmente devido à elevação do nível do mar e aos possíveis efeitos de fenômenos como tempestades repentinas. Tais eventos ameaçam a segurança e estabilidade das edificações em palafitas na região, colocando-as em risco.

É imperativo que as autoridades locais e nacionais estejam preparadas para enfrentar esses desafios, implementando políticas de adaptação e mitigação em um projeto de sustentabilidade o qual possa considerar toda a espacialidade da Região Metropolitana da Baixada Santista, principalmente que possa envolver as comunidades locais e promovendo a conscientização sobre a importância de cuidar do meio ambiente para proteger não apenas as pessoas, mas também a rica biodiversidade presente na região.

1.3. Governança climática movida pelo horizonte de transformações, necessidades e vulnerabilidades em curso

Abrangemos que projetar e considerar cenários futuros é uma ferramenta poderosa para planejar a resiliência urbana diante da incerteza climática. Isso permite analisar como as mudanças climáticas afetarão o crescimento urbano e áreas críticas, como abastecimento de água, saneamento e segurança de edificações, direcionando a atenção para os setores que exigirão maior cuidado diante de impactos mais severos – delineando uma amostra do futuro com base em testemunhos do período presente.

A adesão de Santos à Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, promovida pela ONU de 2021 a 2030, é um passo significativo na busca por uma gestão sustentável dos oceanos principalmente quando entendemos o contexto de importância desta cidade costeira. Além disso, o lançamento do Plano de Ação Climática de Santos (PACS) em 2022, durante o evento "Dia de Adaptação e Resiliência Santista", demonstra um compromisso promissor com a construção de uma cidade inclusiva, sustentável e resiliente.

Ambos os documentos refletem uma abordagem estratégica para reduzir a vulnerabilidade de Santos aos riscos climáticos, demonstrando, de fato, o compromisso da cidade em adotar um projeto de sustentabilidade como parte integral de sua visão de futuro. Essa estratégia envolve a consideração tanto da sensibilidade da cidade às ameaças climáticas (como aumento da precipitação, temperatura do ar, elevação do nível do mar, erosão costeira, movimentos de massa, inundações e outros efeitos) quanto da capacidade de adaptação da comunidade diante dessas ameaças.

Ao reconhecer os problemas atuais e antecipar desafios futuros, o município de Santos está colaborando para produzir conhecimento das questões climáticas e está tomando medidas proativas para enfrentá-las. Isso é essencial para construir uma cidade mais segura e preparada para os impactos possíveis dos fenômenos das mudanças climáticas que podem ser percebidos neste momento da história, de muitas maneiras, principalmente no processo da observação empírica das estações do ano na cidade, na observação de informações com base na experiência direta ou na prática do mundo real.

É evidente que algumas comunidades afetadas por eventos climáticos extremos ainda não relacionam adequadamente esses desastres com as mudanças climáticas. Nesse contexto, o município de Santos se destaca pelos compromissos assumidos, demonstrando responsabilidade ao abordar o tema e envolver uma comunidade mais ampla na discussão. Essa ação discursiva e esses compromissos são fundamentais para aumentar a conscientização e a compreensão dos vínculos entre eventos climáticos extremos e as mudanças climáticas em um projeto real de governança, contribuindo para a preparação e resiliência da cidade diante desses desafios na esfera do planejamento.

É preocupante que no contexto urbano brasileiro, muitos direitos essenciais, como acesso a moradias seguras, saneamento básico e água potável, sejam frequentemente negados à maior parte da população sem recursos financeiros, ficam excluídos de um planejamento efetivo. Isso cria uma sensação de normalidade em

relação a essas violações, somados a esse quadro, fica parecendo que catástrofes diversas são uma parte inevitável da vida para os menos privilegiados. Essa percepção muitas vezes desconecta esses eventos das mudanças climáticas, como se fossem eventos isolados e não relacionados, que são parte e pertencentes ao quando de privação urbana e da espoliação urbana como explicado pelo autor Lucio Kowarick na obra, Espoliação urbana. São Paulo, Paz e Terra, 1979. Capítulo “A lógica da desordem”,pág.19-54.

No entanto, o município de Santos merece reconhecimento por iniciar um processo de documentar a relação entre esses fenômenos e as mudanças climáticas. Isso é um passo importante para conscientizar a população sobre a conexão entre eventos climáticos extremos e as condições precárias em que muitos vivem. É também uma maneira de reconhecer que as mudanças climáticas estão agravando esses problemas, levando a uma maior vulnerabilidade e risco. Reconhecer essa conexão é o primeiro passo para tomar medidas significativas na mitigação dos impactos das mudanças climáticas e na promoção de uma cidade mais justa e segura para todos os seus habitantes.

Um plano de ação climática, sem efetivação e concretização não resolve nada, porém se torna imprescindível ao enfatizar e considerar que é necessário uma política de habitação efetiva, o qual seja responsável por contemplar o acesso à moradia digna e segura, com responsabilidade para atender o déficit de moradia e não de propriedade, o que significa implementar políticas voltadas não só a construção de unidades, mas a outros programas como locação social, regularização fundiária e urbanística, mutirão, assistência técnica, reabilitação de imóveis, considerando o desenvolvimento técnico de todo o território, transformando o complexo de habitações de forma a ter segurança ao descontrole climático.

CONCLUSÃO

Compreendemos que para ser uma cidade sustentável, é fundamental adotar políticas ambientais eficazes, promover a eficiência energética, preservar áreas verdes, incentivar o transporte público e a mobilidade sustentável, além de envolver ativamente a comunidade na promoção da consciência ambiental e das mudanças climáticas dentro do direito à cidade. Também consideramos que é necessário refletir e criar ações para o desenvolvimento habitacional sem grandes impactos ao meio ambiente, atuando para evitar o processo de expansão de favelas em áreas de preservação ambiental.

Infelizmente é muito comum no Brasil um grande contingente de pessoas viverem em áreas de risco suprimindo a natureza, desta maneira os caminhos do viver em uma moradia frente aos riscos ambientais, frente aos impactos das mudanças climáticas, geralmente estão ligados à capacidade financeira dos grupos sociais e à sua relação com o mercado de trabalho e o processo formativo. Enquanto os grupos economicamente mais favorecidos têm a opção de deixar áreas que apresentam algum tipo de risco ambiental, a população mais carente muitas vezes não tem essa alternativa. Frequentemente, os auxílios ou programas oferecidos pelos municípios são insuficientes

e inadequados em relação ao custo de vida na cidade, o que reforça a ligação entre vulnerabilidade social e vulnerabilidade ambiental.

Por fim, é considerado que é necessário com urgência o acesso à moradia segura para todas as faixas de renda, dando ruptura para o complexo movimento de ocupações para zonas de risco, deste modo, o município rompe com o processo histórico de injustiça espacial e garante uma cidade mais equilibrada – o qual os mais desafortunados não serão os mais impactados e vitimados pelas ações e eventos provenientes das alterações climáticas e desta maneira, cria-se uma cidade justa e sustentável no mundo global. A mitigação da poluição, associada ao déficit habitacional, requer um plano de planejamento urbano abrangente que leve em consideração todo o território de Santos e aborde de maneira holística todas as questões, com especial atenção ao contexto climático e o projeto de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA. Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista PRGIRS/BS, 2018. Região Metropolitana da Baixada Santista, 2018. 415 p.
2. ABRELPE. Combate às fontes de poluição marinha por resíduos sólidos/ Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. – 1 ed – São Paulo: ABRELPE, 2019.
3. JACOBI, P. R.; SULAIMAN, S. N. Governança ambiental urbana em face das mudanças climáticas. Revista USP, n.109, p.133-142, 22 Nov. 2016.
4. CEDEPLAR/UFMG; FIOCRUZ. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/ Universidade Federal de Minas Gerais; Fundação Oswaldo Cruz. Mudanças climáticas, migrações e saúde: cenários para o Nordeste, 2000-2050. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG e Fiocruz, 2009
5. CLIMÁTICAS, PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS. "Base científica das mudanças climáticas." Contribuição do Grupo de Trabalho 1 (2014).
6. CARTIER R, BARCELLOS C, HÜBNER C, PORTO MF. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. Cad Saúde Pública [Internet]. 2009Dec;25(Cad. Saúde Pública, 2009 25(12)). Available from: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001200016>
7. CARMO, R. L., SEIXAS, S. R. C., & Vargas, M. C. (2012). Vulnerabilidades às mudanças climáticas no litoral paulista: urbanização, saneamento e saúde. In Anais do VI Encontro Nacional da ANPPAS (p. 18-21). São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade.
8. IPCC (2007). Intergovernmental Panel on Climate Change. Mudança do Clima Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade Contribuição do Grupo de Trabalho II ao Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima Sumário para os Formuladores de Políticas, Bruxelas, p:10-11.
9. KOWARICK, L. (1979). A espoliação urbana Rio de Janeiro, Paz e Terra.

10. MILANEZ, BRUNO; FONSECA, IGOR FERRAZ DA. Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil, Boletim Regional, Urbano e Ambiental – Artigos., Meio Ambiente. Recursos Naturais: Artigos.
11. MAZIVIERO, M. C.. (2016). Entre a recuperação patrimonial e a questão da moradia: projetos de renovação urbana para o centro de Santos. Urbe. Revista Brasileira De Gestão Urbana, 8(urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana, 2016. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.008.002.A002>
_____. MAZIVIERO, M. C. (2008). Memória e Identidade Urbana em Santos: usos e preservação de tipologias arquitetônicas da Avenida Conselheiro Nébias (Dissertação de mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo.
NEVES, C. F., & MUEHE, D. (2008). Vulnerabilidade, impactos e adaptação a mudanças do clima: A zona costeira. Parcerias Estratégicas, 27, 217-296.
12. TURRA, ALEXANDER, 1973 Lixo nos Mares: do entendimento à solução/ Alexander Turra, Marina Ferreira Mourão Santana, Andréa de Lima Oliveira, Lucas Barbosa, Rita Monteiro Camargo, Fabiana Tavares Moreira, Márcia Regina Denadai. São Paulo: Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo: 2020.
13. MARQUES, M. I. M. DAVIS, MIKE. planeta favela. são Paulo: boitempo editorial, 2006, 272 p. o perverso boom urbano e a favelização do terceiro mundo. geosp espaço e tempo.